



DA HIPERGUERRA COTIDIANA: AS CIBERBOMBAS VIRAIS E O AGENCIAMENTO DA EMOÇÃO PÚBLICA

FROM THE EVERYDAY HYPERWAR: VIRAL CYBERBOMBS AND THE MANAGEMENT OF PUBLIC EMOTION

RONALDO QUEIROZ DE MORAIS
<https://orcid.org/0000-0002-6322-1500>
Doutorado em História pela USP
ronaldoqueirozster@gmail.com

RESUMO

O artigo em tela – pesquisa qualitativa e teórico-conceitual – consigna inflexão do olhar dominante quanto à progressão das "fake news" nas vias informacionais. Texto que problematiza, adiante do lugar-comum, a leitura do acontecimento perigoso que ultrapassa a simples percepção de produção e reprodução da informação falsa. Trata-se de fato belicoso, porque desagrega a sociedade civil. É explosão viral de bomba de contrainformação, que corrói as bases deontológicas da verdade factual para agenciar com o terror a opinião pública. Ela aciona o fenômeno pânico. Nesse horizonte, o olhar situa-se na visão epistêmico-militar a fim de cartografar a hiperguerra que avança no cotidiano e impõe perigo à civilização democrática.

Palavras-chave: Hiperguerra; Fake News; Ciberbomba.

ABSTRACT

The article in question – qualitative and theoretical-conceptual research – records an inflection of the dominant view regarding the progression of "fake news" in the information channels. Text that problematizes, beyond the commonplace, the reading of the dangerous event that goes beyond the simple perception of production and reproduction of false information. This is in fact warlike, because it disintegrates civil society. It is a viral explosion of a counter-information bomb, which corrodes the deontological bases of factual truth to terrorize public opinion. It triggers the panic phenomenon. In this horizon, the gaze is situated in the epistemic-military vision in order to map the hyperwar that advances in everyday life and poses a danger to democratic civilization.

Keywords: Hyperwar; Fake News; Cyberbomb.

As impressões transmitidas pelos sentidos são mais fortes do que as concepções devidas ao cálculo da reflexão.

Carl Von Clausewitz – Da Guerra

“Os anos de guerra não pareciam ser anos de verdade. Eles faziam parte de um pesadelo durante o qual a realidade era abolida”, escrevia um tempo atrás



Agatha Christie. Hoje, diz-se que não há mais necessidade de guerra para matar a realidade do mundo.

Paul Virilio – A Bomba Informática

É preciso chamar as coisas pelos seus nomes verdadeiros, e fazê-lo com energia. Isso fortalece a vida.

Thomas Mann – A Montanha Mágica

INTRODUÇÃO

A questão da técnica é questionar, afirmou Martin Heidegger após a catástrofe da civilização industrial – rebento da Guerra Total – quando a tecnologia e a ciência, completamente militarizadas, expuseram a finitude do mundo como realidade possível. De fato, a Segunda Guerra foi o ensaio geral dessa hiperguerra que opera no tempo imediato de nosso cotidiano. Ela progride no ciberespaço das vias informacionais, colapsando a comunicação social. O filósofo alemão, instrutivamente no mesmo texto, ainda apresentou o seguinte aforismo: “Questionamos a técnica quando questionamos o que ela é” (HEIDEGGER, 1997, 43).

Nesse horizonte, o esforço de questionar a técnica é o de apresentar o que ela é, quer dizer, declarar a essência da tecnologia no mundo da indústria. É impossível negar, o progresso industrial é, também, o da indústria de guerra como face da mesma moeda. Há uma totalidade societal capitalista que corrobora o fluxo da história e que impõe a “destruição criativa” como o melhor e o pior da civilização humana. A progressão da técnica moderna é, essencialmente, a militarização da sociedade. A história do capital é a história da destruição industrial com aparência de progresso civilizatório. Daí a dificuldade de perceber claramente que a tecnologia que amplia a riqueza é, de mesmo modo, fonte do colapso societário e ambiental. Enfim, a sociedade moderna faz a técnica com o propósito de, absolutamente, fazer a guerra. O sonho moderno de universalização do paradigma inspirado na sociedade militar, já apresentado por Michel Foucault, é na realidade o projeto e o motor distópico da modernidade capitalista. Basta acompanhar a história das descargas políticas totalizantes e autoritárias para identificar, ao lado das inovações técnicas, a abissal militarização da sociedade e a generalização da guerra de todos contra todos. A militarização do cotidiano é o fascismo em sua etapa avançada. Ele é o filho pródigo do capitalismo liberal, que estava aparentemente morto, mas volta seguidamente, com sua potência destruidora, com o objetivo de salvaguardar a lógica



perversa do capital frente ao iminente colapso econômico, decorrente do progresso global da tecnologia e do afã de ampliação da espoliação de trabalho alheio e dos recursos naturais.

Diante do exposto, o artigo em tela empreende energia para descrever e questionar a paisagem sombria do teatro operacional da hiperguerra que se expande no cotidiano. É uma guerra geral, colisão beligerante entre Estados Nacionais, identidades e de extremismo ideológico de direita. Ela tem o corpo de ciberguerra, porque opera, praticamente, com as mesmas armas, isto é, conjunto de ações ofensivas e defensivas de informações e sistemas informacionais que atuam para negar, explorar, corromper ou destruir as bases deontológicas da verdade que sustentam a ordem cognitiva, epistemológica e comunicacional da sociedade e das instituições modernas. No entanto, diferentemente da guerra cibernética, a hiperguerra é muito mais difusa, a máquina de guerra aparece sem autor claramente beligerante. É fundamentalmente dissuasiva. Conhecemos certamente os alvos e as vítimas. Mas, do ponto de vista defensivo, pouco sabemos sobre o ator que produz e aciona a bomba informacional. É militar e/ou civil? Assim, as ciberbombas de contrainformação, que intencionam agenciar a emoção pública, aparecem no bojo múltiplo das “fake news”, esvaziadas de seu propósito de guerra. As infovias das Big Techs representam teatro operacional, graças ao compartilhamento de tecnologia militar, dessa hiperguerra geral que transforma a cidadania em bloco-massa, em detrimento do progresso democrático. Fato incontornável: as sociedades na contemporaneidade têm medo e estão em pânico, decorrentes da hiperguerra cotidiana, que utiliza de tecnologia informacional – da arte do simulacro – com a intenção de provocar o acidente comunicacional, pane cognitiva que alimenta a máquina ciberfascista e libera a espoliação neoliberal.

Por conseguinte, minha escrita pretende questionar a tecnologia das informações nas redes virtuais pelo que ela é, ou seja, uma máquina de guerra cibernética invisível, na qual é imperativo nomeá-la a fim de assegurar possibilidade de defesa da civilização contra a barbárie. Trata-se de esforço intelectual em defesa da sociedade e da informação para assegurar a ordem democrática moderna. Não é tudo. Toda guerra é meticulosamente preparada. A história dos conflitos beligerantes tem uma importante genealogia. A textura de preparação da hiperguerra, que agencia a emoção pública, deve ser

demonstrada. Importante registrar que o sucesso militar das ciberbombas de contrainformação não decorre da completa imbecilidade ou delírio neural dos indivíduos na contemporaneidade. A adesão inconteste às informações falsas contidas nas bombas virais é efeito de explosão anterior das estruturas socioeconômicas e cognitivas. Em absoluto, não compõe quadro cognitivo patológico individual, pois reflete o teatro operacional elaborado antecipadamente com o propósito de operar a hiperguerra no cotidiano. Efetivamente, a compreensão da paisagem das imposturas cognitivas que circulam nas ciberbolhas demanda o desenho de uma paisagem total, na qual devemos inserir o processo neoliberal de desregulamentação sistemática e progressiva da economia local e global, a política de flexibilização das relações de trabalho e de alteração da legislação de proteção social e, principalmente, a completa descredibilização do jornalismo e da informação com o advento desgovernado das plataformas digitais. Sem dúvida, o processo resultou na criação de Estado Mínimo e de empobrecimento geral dos trabalhadores, criando as condições necessárias à ofensiva belicosa dessas bombas virais. É o esbatimento continuado do bem-estar social que forma o exército de soldados que replicam informações falsas de ódio e pânico, potencializando o poder destrutivo das ciberbombas de contrainformação.

A ciência da linguagem revela o vigor e o perigo da palavra. É por meio das palavras que manifestamos a rejeição e o amor do outro, também a violência e a pacificação em relação a outrem (CHARAUDEAU, 2022, 10). Discorro aqui sobre a palavra triste. A palavra que contamina o amor e a paz social. É a bomba viral, aparato bélico da linguagem, que provoca o acidente informacional, o desastre da comunicação pública. É, essencialmente, a palavra-bomba que mobiliza minha escrita. A palavra contaminada pelo ódio e a contraverdade. A palavra em seu contexto neoliberal. Com efeito, o horror do mundo econômico neoliberal provoca a constante destruição da realidade, ou melhor, das bases deontológicas da verdade no comum. Não corresponde à criação de outro mundo a partir de linguagem nova, mas à destruição das palavras que inspiram a ordem e a política de um mundo melhor. É a bomba de contrainformação que objetiva destruir a verdade factual. Afinal, as informações econômicas e ambientais não são agradáveis à maioria da população humana. Consequentemente, é imperativo aplicar à informação, ora o veneno para seu perecimento imediato, ora o cosmético para torná-la



bem-apeçoada, com a intenção estratégica de afastar os espectadores da ação política. É por isso que os baluartes da resistência à completa regulação das infovias são os mesmos que lucram com a lúgubre economia neoliberal e fazem uso da desinformação como máquina de guerra, que forja a ideologia dominante e aumenta consideravelmente o lucro capitalista.

O ACIDENTE ORIGINAL E AS BASES DEONTOLÓGICAS DA VERDADE

A velocidade é a essência da guerra, expressão antiga da arte dos combates. Ela também é o alfa e o ômega de todas as civilizações humanas. É a intensidade da velocidade da tecnologia social que mensura o estágio civilizacional. Contudo, ela, conjuntamente, sublinha o grau de aceleração da barbárie societal. De maneira efetiva, a velocidade faz e desfaz a civilização. A partir do século XX sofremos importante mutação societal, com a constante e absoluta aceleração da temporalidade social. Ela marca a existência do revolucionário processo de industrialização das sociedades contemporâneas, alterando a paisagem do planeta. Absolutamente, vivemos no território de progressão da técnica, sob forte condicionamento das máquinas. A cada inovação técnica, há incremento substantivo da velocidade. E com ela, inevitavelmente, a aceleração do acidente. Somos integrantes de uma cartografia produtiva de riqueza industrial e barbárie catastrófica. O volume de acidentes tecnológicos é expressivo e assustador.

O acidente revela a substância, ideia resgatada de Aristóteles, que se impõe como necessária para inserir o acontecimento catastrófico como o outro da substância industrial. A sociedade industrial é a da espetacular criação de riqueza e, igualmente, da produção de acidentes catastróficos. Em suma, “a gente morre na BR3” no interior de automóveis cada vez mais rápidos, de igual modo, sucumbimos no regular acidente de tráfego aéreo e marítimo e, principalmente, na subsequente aceleração da hiperexploração do trabalho cotidiano como vítimas do vírus neural. O acidente explica a substância. Ele decorre do progresso tecnológico. É uma invenção da indústria. Isto é, inventar o barco a vapor é, igualmente, inventar o naufrágio, inventar o trem é inventar o acidente ferroviário do descarrilhamento (VIRILIO, 2009, 25). A massificação da produção industrial desdobra

a progressão da colisão total. O acidente original do qual me ocupo é o das infovias, que substitui continuamente a realidade do mundo por simulacros perigosos à democracia.

Digo objetivamente, as promessas de ampliação da democracia, das informações e do conhecimento decorrentes do ciberprogresso das máquinas informacionais malograram completamente. O acidente original é obscuro. As Big Techs são parte interessada da hiperguerra cotidiana. O ciberfascismo avança sobre as bases deontológicas da verdade moderna, protegidos pelos barões do Vale do Silício. A contrainformação é a substância da hiperprodução informacional, que impõe o cercamento dos campos de dados, ou seja, a expropriação total da informação individual e coletiva com a finalidade de lucrar infinitamente. Ela é o outro do capitalismo informacional, o acidente que corrompe a informação comum para transformar sujeitos concretos em massas virtuais. A palavra mágica e operacional desse capitalismo – uma espécie de olho de Deus – é o algoritmo. Ele atua nas redes sociais como “mão invisível” do hipermercado, que esconde o segredo do lucro das Big Techs e, fundamentalmente, sua forma de dominação por meio do controle e agenciamento da emoção pública.

A corrosão das bases deontológicas da verdade tem uma história. Ela decorre de quatro décadas de política neoliberal, quando a sociedade foi orientada massivamente a aceitar a flexibilização da legislação de proteção social e a austeridade econômica como remédio amargo, mas necessário. Por consequência, o Estado foi completamente precarizado nas áreas fundamentais de materialização da cidadania. As instituições de proteção da cidadania no Estado Neoliberal passaram a ser hostis ao bem-estar social. De forma que os laços comunitários e públicos se romperam consideravelmente. O neoliberalismo forjou subjetividade atomizada e empobrecida, na qual os indivíduos perderam significativamente a estrutura cognitiva comum que centraliza informações e saberes, que salvaguardam o ordenamento societal. É o que explica o malogro dos efeitos pedagógicos da informação institucional sobre a consciência dos indivíduos. Efetivamente, é o Estado Moderno que constrói, por meio das instituições, sujeitos públicos. Ele cria sentimento de pertença coletiva e pensamento social alicerçado em uma cultura comum. Entretanto, o Estado Neoliberal – máquina burocrática onde a cidadania se apresenta como mera abstração – alterou substancialmente a relação de confiança da população nas autoridades públicas, após a fragilização das condições materiais de



existência social. Nesse sentido, o colapso da informação pública decorre de destruição política, por dentro do próprio aparato estatal, das instituições de bem-estar social. Enfim, o “negacionismo” dos conhecimentos que consta no bojo das informações públicas de hoje resulta da política irresponsável. Ela enxugou e enfraqueceu obscenamente as políticas de direitos à cidadania. Assim sendo, a informação pública perde, amiudadamente, potência em face da inexistência de campo cognitivo comum e de sujeitos dotados de cidadania consistente, visto que são facilmente refutadas sob o crivo da explosão de bombas de contrainformação. Instrutivamente, de acordo com Bruno Latour:

Nenhum conhecimento comprovado, como bem sabemos, sustenta-se sozinho. Os fatos só ganham corpo quando, para sustentá-los, existe uma cultura comum, instituições nas quais se pode confiar, uma vida pública relativamente decente, uma imprensa confiável na medida do possível (LATOUR, 2020, 33).

Para Paul Virilio (1999, 53) abandonar todo o pudor, toda a reserva, não é uma atitude imoral, é uma atitude perigosa. É obsceno, do latim *obscenus*, isto é, mau agouro, anúncio de futuro temível. E é exatamente o quadro societal perigoso em que nos encontramos. A dissolução da realidade do mundo é, igualmente, a da obscena irresponsabilidade política e ambiental. Basta lembrar que concatenada a cada bomba viral há um discurso irresponsável e perigoso à existência do comum. O problema da explosão de contrainformação nas infovias não é, simplesmente, a presença de mensagem falsa, mas seu perigoso conteúdo sórdido, porque desagregador da ordem social. É por isso que a questão deve ser laborada cuidadosamente, como de defesa do Estado Democrático de Direito e da sociedade civil. Com efeito, é erro persistir na política de regulação da “opinião”, posto que as bombas virais são de outra substância. É preciso demonstrar que a coisa implica outro nome. Ou melhor, elas registram a mensagem obscena: sem pudor e sem reserva moral, a fim de derrubar a realidade do mundo a partir da destruição da informação pública. A ciberbomba viral atua no agenciamento da emoção pública, massificando o poder de dissuasão da mensagem-pânico. É parte da hiperguerra que opera no cotidiano. Porquanto, exige resposta de mesma ordem, quer dizer, de defesa da sociedade civil. A opinião é solidária ao senso comum, desenvolve premissa que pode ser verdadeira ou falsa. Ela é de campo oposto à episteme, mas jamais



impõe perigo ao comum. Não apresenta discurso-pânico que transforma a sociedade em massa desesperada. Dito sinteticamente, é o obsceno das ciberbombas virais de contrainformação que deve ser objeto de preocupação política, pois contém o perigo do acidente original que progride nas redes informacionais e ameaça a dissolução da realidade do mundo sólido no qual vivemos e impede a perspectiva de outro mundo possível.

O metamundo, que avança substituindo o mundo realmente existente, representa o encarceramento em massa dos internautas nas máquinas de visão, telas de todas as medidas, que arrastam os sujeitos à sujeição total. É o abandono político da conexão real com o mundo, em benefício da perigosa conexão total ao metamundo das Big Techs. A hiper-realidade desse espaço virtual destrói a capacidade de consciência e de discernimento entre o mundo real e o que se acredita ser real e verdadeiro. A pós-verdade não configura apenas a subtração da verdade e dos fatos, mas a crença de que o virtual é o real e de que o real é o virtual. Isto é, a verdade passa pela emoção das telas informacionais. Contexto sórdido, porque perigoso à existência do comum. As sociedades formam-se no território comum e a organização da vida social passa pela comunicação. As instituições de conhecimento e informação modernas, ao avançar dos séculos, formaram bases cognitivas universais. O aparato institucional é, em larga medida, máquina de constituição cognitiva dos indivíduos. A escola, a universidade e os meios de comunicação tradicionais sincronizavam a consciência social na modernidade. A validação das bases deontológicas da verdade é construto formal desse arranjo de instituições. Porém, as transformações revolucionárias das máquinas nas últimas décadas têm alterado profundamente as estruturas de produção da verdade no Capitalismo Tardio. Vivemos perante uma perigosa mutação. O modo de produção dos saberes e conhecimentos sobre o mundo real não impulsiona efeitos de verdade sobre os sujeitos. Assim sendo, trava-se uma guerra entre o mundo real e o virtual, na qual a primeira vítima é a verdade. Como em todo conflito beligerante, a verdade é inconveniente à progressão no terreno. A hiperguerra cotidiana suprime as bases deontológicas da verdade, em nome de uma verdade sem base, sem pudor e sem reserva moral, ou melhor, uma “ciberverdade” criada virtualmente, completamente obscena e distante da realidade do mundo. Conforme palavras de Paul Virilio:



[...] Com a globalização em tempo real das telecomunicações, cujo modelo selvagem é a internet, a revolução da informação revela-se como uma delação sistemática que provoca um fenômeno-pânico de boatos, suspeitas, o qual está prestes a minar as bases deontológicas da “verdade”, e, portanto, da liberdade de imprensa [...], e da própria opinião pública (VIRILIO, 1999. 106).

A massa nasce do acidente, consoante Elias Canetti (2019, 28), da inesperada visão de uma chama ou grito: fogo! Sem dúvida, é o instante surpreendente em que a verdade escapa completamente do tecido comum. Ela impõe aos indivíduos o salve-se quem puder, construindo uma paisagem social cínica e insegura. O fogo penetrou-lhe a economia psíquica, o pânico isola a razão e desencadeia o afeto triste, empurrando o bloco-massa contra os muros de defesa deontológica da verdade. A desagregação social, fruto do acidente, ou melhor, da economia do pânico, imediatamente assume a forma naturalizante do medo com sua rápida universalização no corpo social. Então, a sociedade massifica-se porque está em pânico e o medo passa a ser o pão que – tal qual um milagre – multiplica-se para alimentar a todos. Instrutivamente, ainda sob o campo intelectual do autor de “Massa e Poder”, faço uma breve alusão à metáfora do “teatro em chamas” enquanto descrição de “desagregação da massa”, isto é, quando o fenômeno pânico emerge como perigo à ordem socialmente estabelecida, mais pontualmente, à democracia moderna.

Hoje vivemos, indubitavelmente, antes presos às jaulas de ferro informacionais dos barões das Big Techs – nas bolhas de afinidades afetivas – do que no interior de Estados Nacionais. Logo, convivemos ordinariamente no ciberteatro das “redes sociais”. Espaço que reúne as pessoas em ambiente fechado a fim de consumir informações de toda ordem: publicidade, banalidades cotidianas, notícias de jornal, acontecimentos fakes e, fundamentalmente, difusão de pânico moral e político. Quanto maior o fechamento do espaço, ou seja, a concentração de espectadores, maior a violência do acidente de desagregação social. O fogo que queima o ciberteatro informacional – a cada explosão de ciberbombas de contrainformação – é o que apavora os internautas nas vias virtuais do mundo digital. É desse acidente original, do perigo da chama ardendo, que nasce o medo compartilhado. Ele explode com a emergência de uma massa irracional e desesperada. Afirmando claramente, o acidente original não configura a simples inflação de

informações falsas – fake news –, mas em algo ainda pior, muito mais perigoso. Ele compõe o colapso da comunicação derivado das ciberbombas de contrainformação que provocam pânico e medo, transformando indivíduos em massa violenta, que corrói as bases deontológicas da verdade moderna e impõe o niilismo da guerra de todos contra todos, enquanto ideologia política difusa. Numa palavra: ciberfascismo. É o retorno político das massas.

Em realidade, o problema político é, essencialmente, sobre o impacto das bombas informacionais corroendo o melhor da modernidade, do que acerca do conteúdo obscuro e falso da informação. Não nos é permitido negligenciar o efeito “guerra psicológica” deflagrado por ação beligerante e criminosa desses ciberguerreiros do mal, que se utilizam da fragilidade da sociedade para acionar bombas de desinformação com objetivo de promover o pânico perpétuo (MEIER, 2024, 77). Manipular e destruir as bases sociais da verdade factual é a intenção estratégica. É da natureza das bombas de guerra o assédio político. A destruição moral precede, estrategicamente, a material. Assim, da mesma forma que refutamos o uso de bomba nuclear como negação da própria essência política da guerra, devemos refutar as bombas informacionais de contrainformação como a completa negação das teias de comunicação do comum, que se sustentam com base na ética e na verdade dos acontecimentos. Elas são frutos belicosos de uma mesma árvore: o fascismo da técnica, hoje, informacional, que transforma a guerra e a política em descarga total de violência.

AS CIBERBOMBAS VIRAIS E A HIPERGUERRA COTIDIANA

Depois da primeira bomba atômica, que disseminou o pânico total e concebeu a estratégia militar dissuasória, surge outra, com efeito pandêmico globalizante, a ciberbomba viral de contrainformação, parte do que Paul Virilio (1999, 65) classificou como “bomba informática”. A internet – infovia militar amplamente compartilhada com os novos Barões do Capital – carrega a potência de desintegrar a ordem das nações a partir da capacidade interativa e imediata de cativar a emoção pública. No mundo moderno de materialismo intenso, da mercadoria e do capital, certamente, a questão está, também, imbricada ao sólido interesse econômico. Se a informação verdadeira carrega interesse

comercial, o mesmo vale para a falsa. A hiperinflação das mensagens falsas circulando livremente na internet é parte significativa de uma guerra econômica mascarada, com a dissimulação da premissa de “liberdade de opinião”. A internet é o mundo sem lei e sem ordem, mas, igualmente, ciber mundo de vigilância total, onde a riqueza se multiplica infinitamente. De forma que o primeiro trilionário da história do capitalismo brotará, em pouco tempo, dessa hiper-realidade infernal, da terra de todos os males, em que reina soberanamente os Barões das Big Techs. Concisamente, o ciberfascismo que criminosamente domina as redes sociais arrasta consigo forte afinidade eletiva com o Capitalismo Tardio. São tripulantes ardilosos das redes informacionais. *Longa manus* da política de terror neoliberal dos super-ricos. É a nova expressão do fascismo do século XXI. Ele compõe a mutação do fascismo tradicional e, igualmente, mutação estratégica e tática de uso da violência. Atua nas infovias. É mais nacional-liberal do que nacional-socialista, ou seja, é fascismo neoliberal, totalmente alinhado à governança dos super-ricos. (LAZZARATO, 2019, 38). As ciberbombas virais são, efetivamente, artefatos de pólvora fascista.

As ciberbombas virais agenciam a emoção pública com o propósito de liberar as vias necessárias de acumulação capitalista. O pânico produz riqueza, pois libera subjetividade docilizante ao capital. A cada segundo, a violência opaca de uma nova explosão de bomba viral, mensagem-pânico que agrupa desesperadamente os internautas no bloco-massa. Não estamos diante da “falsa consciência” de uma ideologia dominante – tão bem anunciada por Karl Marx –, mas o inverso, de uma “consciência falsa”, porque está isolada na emoção da instantaneidade de mensagem obscena. É descarga de violência simbólica embrulhada em comunicação. Assim, o cenário político-representativo tem sofrido sensível alteração, os super-ricos estão ativamente transferindo seus interesses aos partidos políticos tradicionais. O segundo governo Trump é emblemático, há onze bilionários no gabinete presidencial, com riqueza superior ao produto interno bruto de 154 países. Sem muito esforço, é possível visualizar a inflexão política. Trata-se de indecente governo dos super-ricos aos super-ricos.

Com efeito, a vitória de Hitler na Alemanha ocorreu sob forte utilização do aparelho rádio e das imagens do cinema como máquina de guerra política. *Mutatis mutandis*, a de Trump resultou da ampla utilização das ciberbombas virais e da internet

como infóvia de guerra política. As máquinas de visão são de produção, destruição e sujeição da sociedade à ampliação do capital. A posição favorável dos Barões das Big Techs e de Trump com relação à “liberdade de expressão” nas vias informacionais demonstra a dissuasão dos super-ricos para que o metamundo das redes persista como teatro operacional dessa hiperguerra que avança livremente no cotidiano, cativando a emoção dos internautas, por meio das bombas virais de contrainformação. Realmente, a história do capitalismo é a de utilização sistemática das máquinas com a finalidade de, rapidamente, produzir e concentrar riqueza no bolso dos super-ricos. *Grosso modo*, o progresso da tecnologia no capitalismo é o regresso do poder de classe do proletariado. As máquinas reproduzem capital e dominação de classe sobre o território político.

O conceito de informação utilizado pelas Forças Armadas compõe um conjunto de conhecimentos relativos ao inimigo e a seu próprio país. É a base sobre a qual se fundamenta o pensamento estratégico e tático e, conjuntamente, os atos político-militares. Porquanto, as informações, qualquer manual militar corrobora, devem ser corretas e, sobretudo, verdadeiras. Eis aqui o edifício frágil da guerra, visto que sob o vírus da informação falsa, pode desmoronar totalmente o corpo de defesa militar. É por isso que em toda guerra reina a profunda incerteza. Segundo Carl Von Clausewitz (2010, 79): “As notícias que nos chegam em tempo de guerra são quase sempre contraditórias e, na maior parte, também falsas; as mais numerosas são em grande quantidade sofrivelmente suspeitas”. É exatamente o horizonte comunicacional da incerteza que nos encontramos na contemporaneidade. O teatro operacional das guerras de 4ª Geração amplia suas margens à totalidade do território político. Habitamos, objetivamente, em uma zona de guerra geral. Somos bombardeados, amiudadamente, por bombas virais de contrainformação, que acentuam a emergência de guerra no cotidiano. A insegurança da informação, outrora restrita ao campo de batalha, consigna a “hiperguerra incivil-militar”, que agencia a emoção pública, em detrimento da democracia moderna. Em regra geral, é a mensagem espetacularizada, ou melhor, dramatizada, que encanta e cativa os espectadores. É a mensagem-bomba que destrói a civilização democrática.

A utilização da palavra “bomba” como metáfora é profícua para qualificar a aceleração de circulação nas redes sociais de informações falsas que ameaçam os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito. Em substância, a explosão das bombas

militares no teatro de guerra visa alcançar primeiramente a emoção pública e, consequentemente – como efeito colateral – a logística humana e material do inimigo. As bombas de guerra, além da liberação de absurda energia de fragmentação da matéria e de pessoas, produzem o efeito estratégico de sincronizar a emoção pública, quer dizer, cativá-la por meio do medo e do pânico total. No mesmo sentido, as ciberbombas de contrainformação procuram alvejar a emoção pública sincronizando indivíduos com o objetivo de formar bloco-massa guiado pelo horror do acontecimento falso. Tal como no palco de combates militares, a verdade deve ser imediatamente corroída para que o tumulto e a violência possam reinar soberanamente. É a destruição da realidade do mundo, porque a informação verdadeira é o laço que nos liga ao comum e inviabiliza nossa transformação em massa idiotizada. A guerra é a arte de assédio, mas a hiperguerra de nossos dias acelera completamente o afeto. É assédio imediato e constante. Ela é a arte de acender a chama do pânico, graças aos meios de comunicação informacionais, que atuam como instrumentos de guerra psicológica para dissuasão civil, com enorme custo à democracia (VIRILIO, 2009, 93). Evidentemente, a cada explosão de ciberbomba de contrainformação, os muros de defesa da democracia abrem brechas à infiltração dos inimigos do comum e da civilização moderna. Emergem assim afetos tristes e perigosos que agenciam as massas invisíveis pela emoção, isto é, pela paixão niilista de destruição completa da realidade do mundo.

Em vez de fazer uso da expressão “fake news”, tão recorrente na gramática imediata da temporalidade globalizante, faço uso do conceito de “contrainformação” posto no vocabulário militar. Explico a escolha: em tempos de hiperguerra no cotidiano é incontornável a absorção da linguagem militar. O teatro político perpassa importante mutação. É teatro de guerra midiática, de ciberataques constantes e violentos, em que o objetivo é o de influir a opinião pública (MEIER, 2024, 33) para conduzi-la pela emoção, ou melhor, agenciá-la para acionar o fenômeno pânico. Não é tudo. A vulgarização da ideia de que estamos sob ataque inflacionário de opiniões e informações sem qualquer lastro com a verdade – mesmo que correta – limita a compreensão da totalidade dessa questão perigosa que ameaça a ordem democrática moderna. É preciso, fundamentalmente, apartar as opiniões e informações falsas, que poluem as infovias, das ciberbombas de contrainformação, que atacam as bases deontológicas da verdade com a



intenção de destruir completamente a realidade do mundo. Dito melhor, temos que diferenciar a mensagem idiota, que viraliza nas redes, da bomba viralizante que objetiva destruir a informação verdadeira para impor o medo e o pânico geral. A contrainformação registra o ato de silenciar ou manipular a informação verdadeira. É fruto da explosão da comunicação industrial de massa.

Ela utiliza de bossa publicitária a fim de afetar cada espectador. Então, faz uso e abuso de boatos, rumores, dúvidas, imprecisões, números estatísticos e estudos supostamente científicos, brechas interpretativas, imagens manipuladas, omissões, narrativas mentirosas e subtração de contexto da mensagem com o intuito de contrainformar, quer dizer, assassinar reputações públicas e, essencialmente, destruir a informação verdadeira. Afinal, na lama das batalhas, a informação é a arma essencial à vitória, por isso deve ser destruída ou manipulada pelo exército que pretende obter êxito militar. Rudyard Kipling afirmou emblematicamente: “A primeira vítima da guerra é sempre a verdade”. Sobretudo, a verdade que abriga a informação pública. Indubitavelmente, a informação verdadeira é tão relevante à vitória militar quanto ao funcionamento da democracia moderna. O clima político é fascista, quando as bases da verdade não produzem efeitos éticos e morais sobre a sociedade. O conceito de pós-verdade que vigora na universalidade da linguagem representa em realidade o teatro operacional da hiperguerra que progride no cotidiano, de tom ciberfascista, no qual a informação verdadeira, precariamente, convive sob ataque de ciberbombas de contrainformação, que provocam o total agenciamento da emoção das massas invisíveis nas infovias dos Barões das Big Techs.

Evgeny Morozov (2018, 47) afirma: “[...] rupturas tecnológicas têm origem em todos os campos, menos na tecnologia”. Elas afloram das crises socioeconômicas, dos impasses societais. Todavia, as novas máquinas alteram profundamente os processos de subjetivação social e as relações humanas. Elas são construções sociais, ajustadas pelos senhores do capital para dominar e lucrar. Desse modo, a hiperguerra – operada por cibertecnologia disruptiva e que faz progressão acentuada no cotidiano – resulta da crise estruturante que fez brotar o capitalismo das plataformas. Ele transformou o território local e global em espaço de espoliação do capital. De fato, houve um movimento sócio-histórico de preparação à hiperguerra cotidiana. As premissas neoliberais transformaram,

em curto tempo, políticas máximas de bem-estar social em mínimas. Então, as instituições públicas e privadas responsáveis pela comunicação pública – universidades, escolas e a imprensa – tiveram que se curvar aos interesses de mercado, perdendo, assim, a credibilidade social. O discurso monocrático neoliberal passou a dominar os espaços de criação da informação e, conseqüentemente, desdobrou a miséria da crítica. Como o mercado é a “mão invisível” que lucra, abusivamente, como simulacro de boa-fé, a responsabilidade pelos males, decorrentes da espoliação do capital, passou a ser tributada, exclusivamente, ao Estado e à política “tradicional”. O ciberfascismo que triunfa no Ocidente é decorrente da pauperização econômica e intelectual da população civil. Ele decorre do enfraquecimento das políticas sociais do Estado e da soma zero de comprometimento com a informação das empresas de comunicação. O ódio das massas invisíveis contra as instituições de informação pública é representativo dessa miséria geral. Dito objetivamente, antecedendo a explosão da ciberbomba viral de contrainformação, outra explosão espetacular, a bomba neoliberal. Sem ela, a ruptura cibertecnológica dificilmente alcançaria êxito na difusão de hiperguerra cotidiana.

A administração do medo, por meio da divulgação dos institutos de pesquisas de mensuração do comportamento político imediato – que dissemina a emoção com aparência de opinião pública – faz parte da composição dessa hiperguerra cotidiana. As pesquisas são formuladas com o propósito de substanciar o impacto, em larga medida, do pânico político sobre os eleitores. Elas inflexionam a agenda política local e global. A imprensa tradicional segue o fluxo da administração do medo, quando consciente ou inconscientemente referenda as pautas políticas da externa direita, sem registrar as bases falsas de suas proposições. Por exemplo, escola sem partido, ideologia de gênero, perigo “comunista”, a questão da imigração e outras tantas pautas que nascem do iminente acidente fatal dos fatos e da verdade. Nessa hiperguerra, assistimos à sincronização das emoções, principalmente pelo esbatimento do compromisso dos meios de comunicação de massa com a informação pública. A verdade e os fatos são, repetidas vezes, asfixiados nas telas maiores do jornal da noite e nas menores que circulam com o disparo imediato das ciberbombas virais. No limite, a hiperguerra deriva da arte de provocar o pânico, graças aos meios de comunicação de massa que disparam informações e atingem os alvos com precisão (VIRILIO, 2009, 93). As ciberbombas virais são tão eficientes e rápidas



como os atuais mísseis de combate militar. São bombas dissuasórias da população civil, que imobilizam a ação política com o pânico e ameaçam a democracia representativa. Assim como a ciberguerra, a hiperguerra utiliza as redes sociais e as plataformas digitais para propagar desinformação e manipulação política com o propósito de desagregar a sociedade civil e influir nos processos eleitorais, desestabilizar políticas públicas (MEIER, 2024, 34). A vitória eleitoral de personalidades bizarras, completamente disruptivas, ilustra o teatro operacional da hiperguerra cotidiana. Também, os ataques à política de saúde pública de vacinação obrigatória. Sem dúvida, a sincronização da emoção pública, que decorre do agenciamento coletivo das massas invisíveis, produz monstros. São bestas que brotam da terra arrasada do bem-estar social, massas empobrecidas, após longas décadas de políticas neoliberais.

A MÁQUINA DE GUERRA CIBERNÉTICA E A EMOÇÃO PÚBLICA

Em realidade, o conceito “máquina de guerra” verbalizado na modernidade é pleonástico, posto que, desde os primeiros conflitos belicosos totais, máquina e guerra são elementos de uma mesma substância. A máquina é um aparelho de guerra. Premissa incontornável para alcançar a essência da técnica. Portanto, o tempo de completa informatização da sociedade é, igualmente, de concentração da guerra no ciberespaço. É uma guerra de outra expressão, o sangue não escorre da lama das batalhas, digo melhor, o sangue que jorra do corpo social é a verdade factual. Elemento de ligação da sociedade ao comum. Nesse sentido, o combate nas vias informacionais é o de impor narrativa de substituição da verdade pela emoção pública. Cada tipo de sociedade, segundo Gilles Deleuze (1992, 216), corresponde a um tipo de máquina dominante. A nossa, sem dúvida, é a máquina das telas informacionais. Elas provocam agenciamento coletivo imediato. As imagens sob tom publicitário desfazem o pensamento e nos capturam pela emoção. Não são bombas superpoderosas por si só, visto que sua potência decorre da existência de conexão alienante de uma massa empobrecida na rede social, sem possibilidade política de desconexão e de resistência no mundo realmente existente. Vive-se hoje substancialmente no ciberespaço das infovias do que no território político das cidades do capital. O tempo de desconexão do mundo é alarmante. A longa governança neoliberal

produziu subjetividade hiperindividualizada e acentuadamente cética quanto à capacidade política de realização de um mundo melhor. O horror econômico está muito próximo de um acidente total, a classe média está apavorada e razoavelmente empobrecida. São acontecimentos fundamentais que explicam o êxito do agenciamento coletivo da máquina de guerra cibernética. Em síntese, a fuga da realidade do mundo, a concentração da sociedade em rede e, pontualmente, a mensagem-pânico que explode a cada segundo convertem internautas em massa invisível e perigosa.

É possível inferir que o volume expressivo de corpos que convivem espremidos nas teias informacionais, presos às bolhas de afinidades afetivas, faz parte de uma massa invisível. Mesmo quando a massa aparece tramando violência política nas vias públicas das cidades modernas, é ainda uma representação parcimoniosa do hiper-real das redes sociais. Efetivamente, são centenas de milhões de usuários que retratam, algo semelhante, a mortos invisíveis (CANETTI, 2019, 48). De forma que é sempre desproporcional qualquer analogia entre o homem-massa das redes e a massa realmente objetivada nas ruas. São grandezas desproporcionais. Sem dúvida, a massa que contamina a política é simulacro do real. Exatamente, porque segue a lógica da máquina de guerra – efeito bomba –, que visa cativar a emoção pública sem mobilizá-la à reflexão política. É a massa-indivíduo que aparece como amostra numérica, dados de visualização e adesão por emoção. No transpolítico do imediato – esgotamento da política como movimento comum – as massas invisíveis mantêm sua potência ameaçadora por meio da intensa propagação de contrainformação, que prolonga o ódio e o pânico político. Esses seres invisíveis não são a massa dos descendentes mortos, o sangue da fé, mas sujeitos sujeitados do tempo-morto das vias informacionais, vítimas barbarizadas e algozes-de-si em face do iminente acidente informacional.

Parafraseando Karl Marx, as massas invisíveis das bolhas informacionais carregam ao espaço público toneladas de ódio político, que pesa como pesadelo sobre a consciência socialmente vivida. De modo que os governos e os partidos políticos são hoje afetados, amiúde, pelo vírus pandêmico da emoção pública. Assim, administrar o pânico passou a ocupar papel importante na agenda política dos governos nos Estados Nacionais. Seguramente, estamos sob o cerco das emoções públicas, que, diferentemente da opinião, impõe descarga de violência simbólica e cognitiva sobre as instituições modernas e as

minorias sociais. De fato, o que separa a opinião – matéria-prima essencial à democracia – da emoção pública é a constante explosão de violência dissolvida no digital. As vias informacionais produzem instantaneamente a sincronização das emoções (VIRILIO, 2009, 49). É ela que produz o efeito de máquina de guerra, bomba de contrainformação, adversa à cidadania e à democracia contemporânea. O ataque viral nas redes está distante do propósito moderno de fabricação da opinião, pois objetiva dissuadir e cativar a emoção pública. É por isso que consignar a liberdade moderna de opinião é, sobretudo, defender a sociedade do agenciamento belicoso da emoção pública. Com efeito, o debate pertinente não é o de controle da opinião, mas o de resposta imediata ao uso e abuso de produção maquínica da emoção pública, ou seja, da completa dominação do afeto social no interior das bolhas informacionais. Subsistimos ao perigoso contexto de passagem da fabricação do consenso, por meio da construção artificial da opinião, ao de fabricação do dissenso, pela sincronização da emoção. Em síntese, a verdade deixa de ser tão somente manipulada e passa a ser objeto da constante ofensiva de destruição. Ela é a primeira vítima de todas as guerras, inclusive, ou melhor, sobretudo da hiperguerra que corrompe cotidianamente a democracia.

O perigo das “fake news” ficou obscenamente real, depois dos acontecimentos políticos disruptivos do Brexit, saída do Reino Unido da União Europeia, e da primeira vitória de Trump nas eleições presidenciais nos Estados Unidos. De tal modo que quando Jair Bolsonaro conquista o poder presidencial no Brasil, o estrago já estava dado. Os métodos beligerantes foram apenas, grosseiramente, recortados da realidade americana e colados no território nacional. Entretanto, o bolsonarismo inova quando acrescenta obscenamente à hiperguerra o “partido militar”. Assim, o debate político passou a representar teatro operacional de guerra. Singularidade *sine qua non* para compreender o bolsonarismo. Independentemente das especificidades, são acontecimentos disruptivos, derivados de intenso bombardeio de informações falsas que agenciaram as massas invisíveis à escolha da política do pior. É o medo, decorrente do caos das políticas neoliberais, que proporciona a absurda ascensão de personagens grotescos, narcisistas e autoritários como ferramenta mágica de superação do trauma socioeconômico (CASTELLS, 2018, 38). É uma rebelião de massa conduzida, essencialmente, pela emoção pública. O discurso de ódio da modernidade retorna com o incremento do



sexismo, xenofobia e o racismo. São os fantasmas que substituem os monstros reais que economicamente usufruem do caos societal. Em poucas palavras, é uma rebelião das massas invisíveis, gente de carne e osso pauperizada, mas lideradas pelos super-ricos, feiticeiros do caos neoliberal.

Tal como o perigo da catástrofe ambiental, as informações falsas são isoladas da estrutura causadora do mal. Isto é, o hipercapitalismo dos Barões das Big Techs. Eles aparecem – com seus arranjos algoritmos que forjam o agenciamento coletivo imediato – frequentemente, como “neutros” perante o acidente informacional ou com o poder absoluto e legítimo de autorizar o trânsito das informações na plataforma. Em poucas palavras, as informações falsas – simulacro de notícias – explodem rapidamente porque é da própria natureza desse capitalismo informacional, isto é, sistema econômico que registra sua avidez lucrativa (MOROZOV, 2018, 169). É o rápido compartilhamento que amplia o capital das empresas digitais nas redes sociais. Não importa a cor do gato – se é preto ou branco – pois o que, verdadeiramente, importa é o rato de ouro maciço que ele caça rapidamente. As informações que circulam são ativos financeiros, a despeito de sua motivação intrínseca e de seu conteúdo. Então, elas podem ser parte da máquina de guerra do complexo-militar industrial, da guerra cultural de ódio fundamentalista, do terror político de extrema-direita ou parte de crimes dos mais diversos. A hiperguerra que progride no território é difusa, as mãos sujas de desinformação dos combatentes são invisíveis. Henrique Antoun fez importante descrição acerca das redes em guerra:

Para Arquilla e Ronfeldt a luta pelo futuro que faz o cotidiano de nossas manchetes não está sendo travada pelos exércitos liderados pelos Estados ou sendo conduzida pelas imensas e milionárias armas feitas para os tanques, aviões ou esquadras. Elas se desenvolvem através de grupos que operam em unidades pequenas e dispersas, podendo se desdobrar repentinamente em qualquer lugar ou tempo como uma incontrolável infecção por afluência de multidão. Eles sabem como enxamear e dispersar, penetrar e romper ou iludir e fugir (ANTOUN, 2010, 217).

A dissuasão civil de hoje é automática, os meios de comunicação de massa têm a capacidade de – como uma bomba – atingir as estruturas cognitivas de cada espectador conectado. E, ainda assim, reverberar de forma totalizante a mensagem a fim de ampliar o campo de ação. A hiperguerra produz psicose coletiva. Ela agencia coletivamente a emoção. Até o momento, não temos qualquer defesa civil antimíssil, a privatização das

infovias e os interesses político-militares potencializam poder absoluto aos donos das Big Techs. Mesmo diante desse colossal desenvolvimento do pânico, a reação política é mínima. Estamos frente a frente a uma guerra pós-crausewitziana, em que o combate faz progressão apenas respaldado pelo uso e abuso da violência. A hiperguerra é a violência por todos os meios e a informação instantânea impõe-se como guerra por outros meios. Ela é ciberbomba de contrainformação, máquina de agenciamento de afetos. Configura-se a paisagem obscena que promete pôr fim ao horizonte imaginativo de um futuro melhor. De forma que o sentimento de insegurança nas vias informacionais, que reflete a flexibilização do mundo neoliberal, se potencializa assustadoramente.

Nas ciberbolhas, é o pânico cotidiano que dá forma à emoção pública. A infovia registra – diferentemente do senso comum, que expressa a ilusão de progressão fantástica de democracia da opinião – a perversa tirania da emoção pública, que nada mais é do que expressão de simulacro democrático, isto é, o fruto envenenado pelo fenômeno pânico aqui demonstrado (VIRILIO, 2009, 97). Trata-se da comunicação instantânea da emoção coletiva, que arrasta os internautas ao comportamento de rebanho desorientado, quer dizer, estado de pânico total. Não é uma guerra convencional, com formação de soldados em bloco disciplinado e hierárquico, porque não visualizamos claramente o inimigo, apenas contabilizamos as baixas na população civil desarmada. De fato, é guerra contra a população civil, uma vez que visa destruir as bases da democracia moderna. Ela é o motor das liberdades e das promessas da modernidade. Objetivamente, as ciberbombas de contrainformação são antidemocráticas. Seu propósito é o de destruir a sociedade civil para realizar o sonho distópico da sociedade militar. A usurpação da liberdade de informação é uma ameaça à democracia. Logo, o dilema democrático é, impreterivelmente, a escolha entre viver no militarismo ou na democracia civil.

É importante afirmar que não estamos diante de questionamento radical epistêmico ou filosófico acerca da verdade, mas a combater banalidades discursivas com vigor militar de contrainformação. A questão é a negação, em estágio obsceno, da informação pública, ou melhor, o ímpeto de destruição da verdade factual. É esforço de defesa da verdade que está objetivamente dada no acontecimento e que sustenta a realidade do mundo. Discurso que noutro tempo, anterior à pós-verdade, se impunha como universal. Ou seja, estamos no interior de uma pandemia viral e logicamente

necessitamos de uma vacina eficaz. Como refutar a verdade factual sem corar a face? Visto que o verdadeiro factual é bom senso. Para identifica-lo não há demanda de saber científico. De acordo com Patrick Charaudeau (2022, 38): “Ele se impõe pelo saber por experiência, cuja prova reside no contato sensível com o mundo e na faculdade de raciocinar”. Com efeito, fatos e opiniões são – no campo da boa-fé – objetos que devem compor a mesma substância. Juntos, devem configurar a informação pública. Em frase breve, a opinião não deve ser inimiga dos fatos. É má-fé questionar a evidência pública do acontecimento. Bradar falsamente que há fogo queimando o teatro social é ato criminoso, porque produz pânico – massa apavorada – e põe em perigo a existência da sociedade. É contrainformação, fenômeno tático de uma guerra que opera no cotidiano das infovias dos Barões das Big Techs. O pânico social provoca a expansão da incerteza total. Em suma, a incerteza é a energia da emoção pública, quando a verdade factual perde, consideravelmente, sua universalidade social.

Diante da total incerteza – condição inerente à guerra – temos apenas a única certeza de que as informações falsas, que explodem na internet, são antes para manter o *status quo* do que para destruí-lo. Digo melhor, são substancialmente hiperliberais do que antiliberais. Ou seja, não impõe risco ao Estado Neoliberal. Muito pelo contrário, abrem as portas do inferno à governança irresponsável dos super-ricos das Big Techs. Enquanto o Planeta Terra queima literalmente com o aquecimento global, a emoção pública, ao lado dos barões do capital, permanece em êxtase quando se abrem novos poços de petróleo. A obscena liberdade de destruir o meio ambiente e a informação pública, em benefício dos super-ricos, aparece como vontade universal às massas invisíveis. O movimento tático da guerra tradicional é substituído pelo movimento de crescente pânico das comunicações nas infovias privatizadas. Trata-se de propaganda tática de contrainformação, que contribui estrategicamente ao iminente acidente político, visto que tem a potência de contaminação total da informação pública para derrubar o regime democrático de uma nação (VIRILIO, 2009, 98). Uma vez que a velocidade da contrainformação é substancialmente maior do que a da informação pública. São milhões de civis em pânico nas redes informacionais, capazes de alterar, tresloucadamente, o rumo político de uma nação. É a blitzkrieg das comunicações, que revela a existência de uma organização disciplinada para acender a chama do terror e, assim, desencadear a indisciplina das



massas invisíveis. É propaganda tática, tal como toda a bomba persegue objetivo imediato, consoante as palavras de Patrick Charaudeau:

A propaganda tática consiste em lançar, intencionalmente, uma falsa informação ou em denunciar como falsa uma informação que circula na sociedade, para que a opinião pública julgue os acontecimentos de determinada maneira ou aja em determinada direção. Este estilo de propaganda é chamado de tático porque é usado de forma pontual, sobre eventos factuais, para obter um resultado imediato (CHARAUDEAU, 2022, 98).

Os combatentes têm plena consciência de que, no teatro de guerra, militar conectado é militar abatido ou capturado. É militar irresponsável porque arrasta as armas do inimigo para si e seus camaradas. Realmente, fazer a guerra exige a completa desconexão do ciberespaço. Imperativo de mesmo valor à sociedade civil. A política imaginada como movimento social ou governo popular deveria absorver a consciência dos combatentes contemporâneos. A rua – território público – é o único campo seguro às lutas democráticas, a internet é a máquina de dominação militar, de acumulação de riqueza das Big Techs e a via fértil de expressão ciberfascista. O ciberespaço é um campo de guerra com a intenção de fazer sangrar o bem-estar social, em benefício dos super-ricos. A internet é uma cartografia militarizada, com enorme poder de sedução, quer dizer, desejo de conexão total. Palavras de Julian Assange, jornalista e vítima civil da hiperguerra cotidiana:

Tenho visto uma militarização do ciberespaço, no sentido de uma ocupação militar. Quando nos comunicamos por internet ou telefonia celular [...] nossas comunicações são interceptadas por organizações militares de inteligência. É como ter um tanque de guerra dentro do quarto. É como ter um soldado entre você e sua mulher enquanto vocês estão trocando mensagens de texto. Todos nós vivemos sob uma lei marcial no que diz respeito às nossas comunicações, só não conseguimos enxergar os tanques – mas eles estão lá. (ASSANGE, 2013, 53).

As duas Guerras Totais produziram na sociedade o desencantamento da técnica. Desde então, a tecnologia passou a ser questionada. Afinal de contas, ambos acontecimentos evidenciaram que o progresso da técnica também desdobra a ampliação do terror da destruição militar. Porém, o advento das novas tecnologias informacionais amplificou o horizonte de retomada da fé na técnica. As máquinas de visão e a infovia

passaram a portar a expectativa de transformação significativa da comunicação e do conhecimento. Então, os conceitos de “comunidades virtuais” e de “sociedade do conhecimento” passaram a estampar a imensa esperança no futuro, mediante utilização das máquinas cibernéticas. Imediatamente, desenhou-se um mundo plural de comunidades abertas e de intensa troca de informações. Ao mesmo tempo, um ciber mundo impositivo, no qual a desconexão seria equivalente a morte da cidadania. Enfim, gerou-se a ideia de “cidadania digital”. Nessa expectativa, o século XXI amanheceu com o sol da esperança brilhando intensamente, isto é, como espaço globalizado e de inflexão democrática, graças aos avanços cibernéticos. Mas logo nos primeiros anos do século, a realidade do mundo neoliberal arrastou a noite sombria e com ela o medo e o pânico geral. As vias informacionais passam a registrar campo de ódio e de desestabilização política. Também de controle absoluto dos usuários. É o espaço da transparência obscena e da hiperexploração do trabalho e dos afetos. O ciberespaço intensamente militarizado – de vigilância 24/7 – tornou-se teatro operacional de hiperguerra cotidiana. O cenário configurou a existência de guerra em rede. Combate cibernético que emprega como tática o controle das comunicações a partir do agenciamento da emoção pública. É guerra de baixa intensidade, em que o combate progride com o lançamento continuado de bombas virais de contrainformação. Melhor dizendo, tivemos rápido deslocamento de um cenário de paz perpetua das redes ao de hiperguerra total nas infovias.

Assim, a hiperguerra arrastou imediata inflexão do debate, os fatos atropelaram a narrativa otimista acerca do teor democrático das comunidades virtuais e, também, a respeito da potencialidade cooperativa nas redes informacionais. Sem dúvida, as redes obscenamente seguem outra perspectiva, a de máquina cibernética belicosa com enorme poder de fogo (ANTOUN, 2010, 211). O acidente comunicacional é inquestionável, pois a hiperinflação de contrainformações que altera o fluxo político, por meio de ciberbombas virais, impõe risco enorme à democracia contemporânea. São explosões virais que beneficiam os super-ricos e a política do pior de extrema direita, em detrimento da existência do comum e da informação pública. É uma guerra “incivil-militar”, porque impõe premissas belicosas e transpolíticas com o propósito de dissolver completamente a sociedade civil. Uma blitzkrieg contra a comunicação comum a fim de alcançar a



distopia neoliberal, na qual a sociedade e o meio ambiente devem perecer, em nome dos interesses individuais dos super-ricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente, o declínio do imaginário social é parte importante da pauperização econômica e ambiental do mundo concreto. É a fuga em massa da realidade do mundo ao virtual. Numa palavra: internet. As vias militares agora privatizadas pelos Barões das Big Techs. Lá onde a emoção triunfa sobre as bases deontológicas de uma verdade insuportável. Ela não configura a trivial navegação livre e desinteressada, pois é máquina disruptiva do real com a amplificação da aparência em detrimento da essência da realidade das coisas. Portanto, a negação das epidemias virais, neurais e socioeconômicas não é simples dissonância cognitiva geral, mas acidente original referente à progressão do mundo como simulacro virtual. Quando o mundo real está em chamas, a massa procura tresloucadamente, em tempos de infovias, metamundo seguro. Afinal, o mundo neoliberal realmente existente é totalmente inseguro e perigoso aos indivíduos atomizados. É por isso que ele desaparece ordinariamente, visto que a conexão nas vias informacionais representa, inexoravelmente, a desconexão da realidade do mundo. Impossível habitar dois mundos. No limite, a presença das bombas virais é precipuamente operação de guerra contra a verdade de mundo realmente existente do que mera ofensiva de desinformação social. Para evitar a imediata alteração política, elas descarregam substância delirante, equivalente ao ópio das massas, com o propósito de desconectar os indivíduos das teias realmente sociais do comum. A conexão é um vício. Nessa perspectiva, a contextura da pós-verdade não indica apenas o escantear da verdade no debate público, mas algo ainda mais grave, é o encarceramento da população no metamundo das infovias e a negação da verdade existencial de um mundo comum carente de política para transformá-lo. A internet é uma rede militar que se transportou do campo de batalha ao espaço empresarial de hiperexploração econômica e cognitiva de massas cada vez mais proletarizadas. Espoliar para acumular capital é de sua natureza intrínseca.

A banalização do acesso às infovias, de gente de todas as idades, multiplica acentuadamente a presença de tipo social encerrado solitariamente no espaço real de seus quartos e, alienadamente livre, no metamundo da informação global. São, *grosso modo*,

deficientes da ação comunicativa, ciberguerreiros do ódio da internet. Conforme Paul Virilio (1999, 44): “[...] todos se veem pegos na armadilha, não mais de uma sociedade, de suas leis e de seus interditos morais, sociais e culturais, mas justamente daquilo que esses séculos de progresso fizeram de nós, de nosso próprio corpo”. Há uma tecnocultura totalitária que condiciona os corpos e as mentes e é responsável pelo êxito do ciberfascismo que nos arrasta ao esgotamento da política. Ela esbate o reestabelecimento a perspectiva do comum. Dramaticamente, assistimos, passivamente, à dissolução política e ambiental do mundo físico, enquanto o virtual produz um mundo infinito de avatares. Se a liberdade é a progressão no espaço-tempo, por certo, presos nesse espaço diminuto da máquina de dormir, somente podemos crer na progressão cibernética.

Digo novamente, é impossível habitar dois mundos. A legislação brasileira parece corroborar a premissa. Depois do acidente escolar, com o crescente déficit de aprendizagem e de sociabilização, foi implementada a Lei Federal 15100/2025 que, apesar de seu tom arbitrário, proíbe o uso não-pedagógico, por parte dos estudantes do ensino básico, de aparelhos eletrônicos portáteis no espaço escolar. É ato de defesa do espaço escolar dessas máquinas de guerra que subtraem a atenção dos alunos e alunas. Conforme Evgeny Morozov (2018, 71): “O direito de se conectar é tão importante como o direito de se desconectar”. Sobretudo quando a conexão é a desconexão da realidade do mundo e a substituição da atenção pela emoção. Situação dramática, que invade os muros da escola e os das cidades. Assim como a aprendizagem demanda atenção cognitiva e interação social mediada socialmente pela realidade do mundo, a política, de igual modo, implica atenção crítica e relação dialógica no território comum. A atenção é uma condição ativa – tanto educacional quanto política – que decorre de comunicação social a partir de base deontológica de verdade comum. A transferência da educação e da política às redes é nossa desgraça. O acidente escolar deve contribuir para o debate público acerca do iminente acidente político que, identicamente, é derivado das infovias, terra de agenciamento por afeto triste e de progressão do ciberfascismo. É preciso retomar a realidade do mundo a fim de transformá-lo em um mundo melhor.

A crise da comunicação, com o surgimento de novas tecnologias de informação digital, é o ponto sensível à estabilidade democrática. A velocidade da comunicação produz efeito tático para desinformar ao invés de informar. Ademais, a informação



envolve tempo à reflexão. Impossível informar no tempo imediato e curtíssimo da cultura digital. A crise produz enorme sensação de desconfiança, mas pesa consideravelmente sobre as instituições de opinião pública da mídia tradicional. A precarização neoliberal do trabalho também alcançou a imprensa liberal. Os jornalistas estão seguindo consciente e/ou inconscientemente o fluxo cultural das redes sociais. Da mesma forma, políticos, partidos e governos têm pautado suas ações no interior do clima intempestivo das vias informacionais. Sem a capacidade de comunicação no território real das cidades, a política passa a ser simples representação de simulacros. É por isso que a hiperguerra cotidiana constitui concentração do combate a partir do lançamento de suas bombas virais sobre o metamundo das infovias. As informações nascem e morrem no ciberespaço. Elas são, em larga medida, representações de uma realidade que está fora do mundo realmente existente. Isto é, simulacro do acontecimento. Logo, fazer a hiperguerra é contrainformar. Nessa quadra difícil, a questão é a de aterrar, expressão de Bruno Latour, na realidade do mundo. Constituir instituições de comunicação pública e políticas socioeconômicas de cidadania e vida social no comum. Dado que a contrainformação prospera em território de mal-estar social. A ideia de regulação do conteúdo das informações que circulam nas infovias é, sobretudo, persistir na hiperguerra de ganho zero à democracia. Combate inútil, visto que as bombas virais se multiplicam continuamente em progressão geométrica. No mesmo diapasão, hiperinflaciona imagens e informações nocivas. Combater simulacros no mesmo território ou com as mesmas armas é resposta impossível. É semelhante ao bom propósito de catequizar almas para o bem no inferno.

Para inferir minha escrita, faço ilação ao idêntico clima político de emergência do fascismo no início do século XX, quando René Magritte denunciou a traição e usurpação das imagens contemporâneas. A partir da peremptória frase estampada abaixo da ilustração – perfeita e realista – de um cachimbo. Ele afirmou: “Isto não é um cachimbo”. Afinal, o cachimbo é muito mais do que uma mera representação pictórica. A realidade das coisas do mundo é muito mais potente. Modestamente, em face do ciberfascismo do século XXI, depois de detalhada descrição das redes informacionais, afirmo sem titubear: “Isto não é a realidade do mundo”. Em absoluto, o mundo não é um simulacro digital. O ciberespaço é uma invenção perigosa. É mais uma banalidade do capitalismo. É a nova fábrica para reprodução de capital e destruição humana. É a



máquina de visão que projeta a conexão total dos corpos no ciberespaço das Big Techs e, conseqüentemente, a derradeira desconexão do mundo, no qual temos que aterrar imediatamente para transformá-lo em mundo de existência possível.

REFERÊNCIAS

- ANTOUN, Henrique. **Democracia, multidão e guerra no ciberespaço**. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ASSANGE, Julian. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CANETTI, Elias. **Massa e Poder**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A Manipulação da Verdade: Do triunfo da negação às sombras da pós-verdade**. São Paulo: Contexto, 2022.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HEIDEGGER, Martin. **Caderno de Tradução Nº 2: A Questão da Técnica**. São Paulo: USP, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- MEIER, Herr. **Posibilidades de Guerras Cibernéticas: una reflexión especulativa**. Orlando: Epubli, 2024.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: UBU, 2018.
- VIRILIO, Paul. **El Accidente Original**. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- _____. **A Bomba Informática**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.